

RESENHAS

GEOGRAFIAS DA AMEAÇA: PLANEJAMENTO, ÉTICA E LIBERDADE À DERIVA COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BERDOULAY, V e SOUBEYRAN, O. L'AMÉNAGEMENT FACE À LA MENACE CLIMATIQUE.

Le défi de l'adaptation Grenoble : UGA Éditions, Université de Grenoble Alpes, 2020, 242p.

Caio Augusto Amorim Maciel*

Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

A série “Écotopiques”, da Universidade de Grenoble Alpes, traz, em plena pandemia do novo coronavírus, o resultado de uma profícua e amadurecida parceria entre os geógrafos Vincent Berdoulay e Olivier Soubeyran sobre transformações sociais contemporâneas à luz de questões ambientais: o livro, ainda não publicado no Brasil, **O planejamento face à ameaça climática. O desafio da adaptação** (em tradução livre). Lançamento inusitadamente oportuno diante da catástrofe sanitária mundial, ainda que não tenha sido concebido para dar respostas imediatas à adaptação da humanidade ao “novo normal” que sucederá a calamidade.

Vincent Berdoulay é professor emérito de Geografia e Planejamento da Universidade de Pau et des Pays de l'Adour (França) e membro do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*). Pesquisa história do pensamento geográfico e ecologia, geografia cultural e planejamento.

Olivier Soubeyran é professor emérito de Geografia e Planejamento do Instituto de Urbanismo e Geografia Alpina da Universidade de Grenoble-Alpes (França) e membro do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*). Trabalha com história do pensamento geográfico e planejamento, teorias do planejamento e questão ambiental.

Geografias da ameaça: planejamento, ética e liberdade à deriva com as mudanças climáticas

Refletindo de um ponto de vista ao mesmo tempo conceitual e histórico sobre a contribuição da geografia para o planejamento, os autores propõem com Bourg, Joly & Kaufmann (2013) que passamos de uma *sociedade do risco* para uma *sociedade da ameaça*, onde é preciso admitir, de saída, que o poder do ser humano excede em muito a sua compreensão – e, portanto, sua capacidade de imaginar efeitos não intencionais de longo prazo de ações sobre a natureza (p.12). As hipóteses que relacionam a eclosão de doenças desconhecidas com as dramáticas alterações humanas nos ecossistemas de todo o planeta personificam essa nova geografia ecológica do medo. A questão chave que permeia toda a obra pode ser assim formulada: será que a ideia de adaptação às mudanças climáticas, do ponto de vista teórico, pode contribuir para a emergência de um novo paradigma de planejamento? (p.16).

Trata-se, portanto, de um esforço para que o pensamento planejador seja confrontado ao desafio da adaptação às mudanças climáticas, aceitando o esgotamento das ideias de desenvolvimento sustentável típicas de uma modernidade racionalista, onde tudo seria previsível e controlável. Sob prenúncios cada vez mais onipresentes de flagelos globais, as sensibilidades ambientais precisam aceitar e refletir sobre a incerteza,

*Professor do Departamento de Ciências Geográficas (DCG) da Universidade Federal de Pernambuco, e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, onde lidera o grupo de pesquisa LECgeo (Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política). Doutor pela UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1769-9597>. E-mail: camorim3@terra.com.br.

a indeterminação e as consequências involuntárias das ações humanas na Terra (p.46). Como horizonte para tal empreitada, Berdoulay e Soubeyran apontam para as injunções da adaptação ao clima desde o Acordo de Paris (2015) que, mesmo ameaçado pela sanha geopolítica americana sob o governo Donald Trump, ainda representa um marco para a atenção redobrada em questões territoriais – isto é, os princípios do tratado convocariam explicitamente a contribuição do pensamento geográfico.

Assunto sempre espinhoso no mundo globalizado, a questão ambiental é tomada muitas vezes como apenas mais um conjunto de restrições aos empreendimentos humanos, o que provoca a ira de diferentes atores sociais nas democracias participativas, resultando em que a própria democracia seja contestada num ambiente de avanço geral do neoliberalismo. Basta pensar nos retrocessos das políticas ambientais no Brasil para ilustrar este processo. O novo quadro das relações sociedade-natureza requer, para os autores, uma compreensão filosófica, técnica, política, mas acima de tudo ética. Para tanto, se faz necessária uma análise retrospectiva: com efeito, admitem que a noção de “adaptação ao meio” já teve dias melhores na geografia, antes de ser praticamente banida do esforço planejador moderno sob a pecha do determinismo ambiental, que parecia obliterar o peso das estruturas sociais e técnicas (p.54 et seq.).

Os pesquisadores partem para revisitar o estatuto geral da adaptação no planejamento com base numa abordagem histórico-conceitual, tendo em conta que os estereótipos da relação homem-meio devem ser questionados para que se atinja um novo paradigma. Nessa transição teórica, a noção central de *risco* é desafiada pela de *ameaça*, sendo esta mais apropriada para uma sociedade que aceite o incomensurável e o imprevisível como parte do problema da organização espacial. O pensamento planejador, à luz das catástrofes e dos imperativos de gestão ou reconstrução que elas implicam, deve considerar uma outra racionalidade que não simplesmente a de causa e efeito. Da mesma forma, o princípio de precaução mostrar-se-ia insuficiente diante da amplitude da crise ambiental contemporânea.

Os autores, portanto, defendem que para abordar de modo inovador o cenário contemporâneo devemos encarar que vivemos em uma *sociedade da ameaça*, cuja irrupção histórica conta a favor de uma reconsideração das contribuições geográficas. Isto é, a disciplina teria uma longa e complexa tradição de refletir sobre as interações humanas com a natureza, incorporando muitos dos dilemas que só em tempos recentes passaram a preocupar outras áreas da planificação.

O universo de ideias e práticas deste campo de ação (seja planejamento territorial, rural, urbano, ambiental etc.) mostra-se propício ao surgimento de aspirações e preocupações sociais, adquirindo grande expressividade na França, área de análise privilegiada do livro pela própria origem dos dois cientistas. Sem embargo, Berdoulay e Soubeyran realizam um diálogo obrigatório com as contribuições de língua inglesa – posto que dominantes no cenário da globalização pautado pelo IPCC –, advogando ser relevante tomar a experiência de *aménagement* francesa, em virtude desta tradição ser explicitamente territorial e ambiental, ao contrário do arcabouço do *planning* anglo-saxão (p.24-25).

Disputas nacionais à parte, o texto interessa muito aos estudiosos brasileiros do tema, uma vez que aqui também se assiste ao confronto do planejamento ambiental com as questões de emancipação humana diante das limitações do meio – de tal maneira que a ideia mesmo de desenvolvimento sustentável apresenta sinais de esgotamento. O Brasil ultraliberal do negacionismo climático e sanitário desafia o arcabouço do planejamento com base na sustentabilidade, ao mesmo tempo que nos reaproxima do desprezo histórico pela natureza no país, tão bem retratado pelo provérbio recolhido por Warren Dean em *A ferro e fogo* (1996): “quem vier depois que se arranje”. Todavia, há uma possibilidade otimista em meio ao caos, na medida em que esta mesma exaustão do desenvolvimento sustentável, somada à iminência de tragédias ecológicas irremediáveis, poderia nos fazer indagar, como fazem Berdoulay e Soubeyran, se as noções de adaptação e ameaça representam uma alvissareira virada teórica e conceitual. Os autores tomam o caminho do possível: a adaptação poderia significar uma noção mais apta a problematizar e operacionalizar a sustentabilidade no planejamento territorial e ambiental. Ou seja, tratar-se-ia de uma oportunidade a ser compreendida, visando a ações mais efetivas, num cenário de graves ameaças à própria existência humana.

O livro, em consonância com este debate de fundo, divide-se em sete capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo primeiro (**Planejamento e pensamento ecológico: uma ancoragem impossível?**) Berdoulay e Soubeyran procuram demonstrar que a adaptação parece ter dificuldade de penetrar no pensamento dos planejadores porque não conseguiu estar bem acoplada ao pensamento ecológico que a legitima (p.29). As metáforas náuticas serão mobilizadas diversas vezes (navegar, atracar) para reforçar que o pensamento planejador moderno e o pensamento ecológico, apesar de parecerem incompatíveis, estão inextricavelmente amarrados entre

si e ao cais da existência humana pelo cordame da adaptação. A afirmação da questão ambiental nos anos 1970, passando pela hegemonia do desenvolvimento sustentável nos anos 1990, e mesmo a consciência das grandes ameaças naturais mais recentes, sempre mobilizaram a ideia de resiliência, muito próxima àquela de adaptação. O ponto crucial, na opinião dos autores, é a crescente “desilusão quanto à certeza” na planificação (p.48). Nesta caminhada, ou melhor, nessas águas desconhecidas, o horizonte do planejamento não está mais focado na redução das incertezas, e sim na *ação em contexto de surpresa e ignorância* (a este título, o exemplo do novo coronavírus parece redundante: o planeta mergulhado numa grande experiência de singrar no escuro, em busca de remédios e vacinas). As incógnitas seriam responsáveis, assim, por uma retomada da ideia de adaptabilidade em um contexto mundial marcado por crises ameaçadoras (climáticas, como também sociais, culturais, econômicas e políticas). Concluem reforçando que incerteza e adaptação ao desconhecido deveriam estar no âmago do *métier* dos planejadores (p.50).

No segundo capítulo (**Os avatares da adaptação: recurso e rejeição**), os autores fazem uma retrospectiva do pensamento geográfico sobre adaptação de modo a embasar a compreensão de seu ressurgimento atual (p.55 *et seq.*). Recorrem às abordagens naturalistas e coloniais, tomando tais contribuições mais como entrecruzamentos de práticas e preocupações com a ação do que como apanágio da história intelectual da geografia ou do planejamento. Dentre os mais relevantes avatares da adaptação na história do pensamento geográfico estariam o neolamarquismo e a proposta basilar de Paul Vidal de La Blache (1911; 1922), longamente revisitada por Berdoulay (2008; 2009). La Blache teria produzido a síntese mais aceita e duradoura da ideia de adaptação, posto que perdurou até meados do século XX, quando alguns discípulos como Lucien Fèbvre (1922) e Pierre Gourou (1950), por interpretações radicais do possibilismo, contribuíram para o descrédito e rejeição ao interacionismo homem-meio presente na perspectiva lablacheana. Por temor quanto ao determinismo ambiental, criou-se um tipo de determinismo técnico unívoco, isto é, onde a civilização condicionava o meio. A pregação de que os fatos de cultura moldavam as escolhas humanas num ambiente natural passivo passou a predominar na geografia francesa, invalidando não apenas o debate sobre adaptação como também evitando reflexões úteis ao planejamento. Ao evacuar as influências do meio, a geografia perdeu relevância para a gestão do espaço (p.71).

O capítulo terceiro (**Fontes de um retorno**) dedica-se a buscar as origens da retomada da ideia de adaptação

em certos geógrafos, após permanecer alocada nos movimentos ecológicos. Os autores identificam Jean Brunhes (1925) e Max Sorre (1948) como os mais relevantes nomes da geografia francesa a levar adiante ideias lablacheanas fundamentais ao debate atual da capacidade de acomodação da sociedade às diferentes transformações do meio (p.74-76). Brunhes sublinhou dois pontos que repercutem na releitura contemporânea da contribuição geográfica: primeiro, a adaptação consiste num processo de mão dupla, interativo, onde homem e meio adaptam-se um ao outro, reciprocamente. Segundo, é preciso ver adaptação como um processo fortemente inacabado. Para ele, a “sabedoria da adaptação geográfica” repousa em reconhecer que a civilização nunca atinge uma vitória face às forças naturais. De forma análoga, Sorre pleiteava a necessidade de uma tolerância ou margem de inadaptação diante das infinitas possibilidades de escolha que as sociedades apresentavam em suas interações com a natureza.

Retoma-se aqui o possibilismo lablacheano, porém sem determinismo técnico, ou seja, a adaptação seria recíproca, todavia relativamente contingente, dependendo de vicissitudes da organização social. Estava inaugurada a incerteza como fonte de liberdade, mas também de prudência e respeito, não se confundindo com a ideia de desadaptação ou desequilíbrio. Incerteza, complexidade e meio passam a exigir atitudes de precaução, não muito distantes da ideia de resiliência usada pelo planejamento. Em seguida, Berdoulay e Soubeyran mostram como a adaptação começou a ser relacionada com os limites da transformação humana da Terra (p.77). Brunhes e Sorre recolocam a questão em nível planetário, de forma pioneira, denunciando a economia destrutiva e apontando um futuro pessimista para a humanidade com base apenas em benfeitorias técnicas da civilização moderna. Outro proeminente geógrafo a se interessar pelo devir ecológico da humanidade foi Carl Sauer (1938), que chegou mesmo a organizar, em 1956, o simpósio “O papel do homem na transformação da face da Terra” (*Man's role in changing the face of the Earth*). Não por acaso, Sauer foi considerado um dos maiores inspiradores dos movimentos de conservação da natureza nos Estados Unidos. Várias ideias aí debatidas têm ecoado no planejamento territorial: críticas aos paradigmas científicos dominantes, o lugar da incerteza, o imperativo da reflexividade e a necessidade de diálogo entre culturas ocidentais e não-ocidentais, políticas de conservação do patrimônio natural etc. (p.78-79). De tal sorte que os autores não hesitam em afirmar que a ideia do chamado “Antropoceno” estava já praticamente formulada naquele evento. Como quer que seja, a ideia de limites ecológicos planetários pôs em questão a

modernidade técnica.

No retorno atual da adaptação ao seio do planejamento, tais noções são reavaliadas em favor de questões ligadas não apenas ao sentimento de urgência da ação, como também no plano ético. Outra fonte de reflexão pioneira reside na abordagem sistêmica de Gilbert White (1945), tributária do pragmatismo filosófico e epistemológico (p.81). Para esta corrente, a atividade científica repousaria na vontade de agir em função de uma reflexividade fundada no conhecimento prático das relações com o meio ambiente. Isto teve influência no planejamento ambiental e na ideia de sustentabilidade, ainda que o termo preferido em inglês tenha sido ajuste (*adjustment*), ao invés de adaptação (p.82), tal como em Burton, Kates & White (1978). A Ecologia Cultural, a seu turno, viria a ser muito influenciada pela Teoria dos Sistemas nos anos 1960/70, muito embora o apelo à cibernética e a sistemas fechados tenha reduzido a amplitude de sua contribuição a um corte funcionalista e mecanicista (otimização de fluxos ecológicos, energia etc.). De qualquer modo, o estudo dos riscos a partir daí tornou-se mais presente e nuançado. Críticas a esta corrente, sobretudo de origem marxista, levaram a formulação de uma Ecologia Política, que, mesmo evitada de determinismos político-econômicos, contribuiu para trazer à baila o problema dos riscos, das injustiças ambientais e da necessidade de expertise internacional sobre adaptação. A orientação crítica prossegue importante na luta por políticas públicas no contexto ultraliberal que ora vivenciamos. Berdoulay e Soubeyran encerram o capítulo afirmando que as diferentes fontes de retomada da ideia de adaptação resultam em muitas ambiguidades ao produzirem uma nebulosidade semântica em torno de três eixos: o problema da autonomia relativa dos sistemas sociais e naturais; o papel das ações coletivas e individuais; e, finalmente, e ideia de meio (p.85 et seq.).

No quarto capítulo (**A ética do navio de cruzeiro, ou a tentação imunitária**) os autores repensam propostas de planejamento que visam tornar territórios e sociedades imunes a eventos cada vez mais imprevisíveis, onde estratégias convencionais de adaptação com base em previsões, por mais sofisticadas que sejam, tornam-se frágeis e arriscadas. Nas palavras de Soubeyran (2000), trata-se de trabalhar no processo que permite nos imunizar contra o meio, para poder agir nele, porém sem ele (p.93). Construir, por exemplo, planos territoriais minimamente perturbados pelo clima. Haveria uma forte ressonância entre adaptação, autonomia e imunidade, num mundo cada vez mais preparado para viver apartações, separações, proteção contra o ambiente externo ameaçador. A esta tendência de isolamento os

autores chamam de ética do navio de cruzeiro, típica do sistema capitalista atual. Todo planejamento, assim, visa uma autonomia radical, via condições territoriais que se abstraiam do jugo de condições locais. A imagem dos navios de luxo singrando e poluindo mares de países subdesenvolvidos é evocada como exemplo máximo, ao lado dos condomínios fechados e cercados (p.96). Neste trecho, recorrem a Haesbaert (2014) para tratar de enclaves estratégicos resultantes das políticas contemporâneas de contenção que relegam aos “de fora” a pecha de vidas inúteis. Por isto, os autores veem graves implicações éticas, uma vez que a ética do cruzeiro pode, além de exacerbar a segregação, conduzir a um “efeito Titanic”: a viagem é cômoda, mas o tempo está se esgotando sem que ninguém se aperceba do perigo. Tais ideias são ainda mais perigosas quando se encontram com o impacto intelectual e científico decorrentes da luta contra o terrorismo nos EUA após o 11/09 (p.98 et seq.).

O inusitado casamento da resiliência com o contraterrorismo é decorrência direta dos fatos ocorridos em Nova Iorque em 2001. Resiliência tem sido conceito usado no planejamento a partir de sua definição mais comum: a capacidade de um sistema retornar ao estágio anterior ao de uma perturbação que tenha sofrido. Trata-se de noção coerente com a de adaptação: uma sociedade que se adapta é resiliente. Isto passou a impor condições de problematização de temas relacionados aos riscos, ameaças e catástrofes. O contexto capitalista neoliberal impulsionou tais ideias, ao mesmo tempo em que instou o desengajamento do Estado em favor dos indivíduos. E então, subitamente, irrompe o terrorismo e a urgência da segurança. O trauma dos atentados traz uma aproximação inédita entre resiliência ecológica e militar (p.101). Para os autores, a resposta aos atos terroristas transformou este fenômeno de causa exterior de ameaça em um paradigma de ação (o contraterrorismo). O planejamento, desde então, volta-se à criação de cidades resilientes aos riscos insondáveis, sejam face às mudanças climáticas ou a ameaças violentas. Concomitantemente, estrutura-se a retórica da legitimidade governamental em clima de paranoia, onde qualquer um é suspeito (p.103). Mergulha-se num universo concebido pela ameaça e ignorância, onde a desrazão encontra terreno fértil. O foco passa a ser proteção com exclusão, conduzindo da ética do navio de cruzeiro para uma postura ainda mais excludente: a antecipação defensiva radical.

Os autores denominam esse novo paradigma de *preempção* (sem dúvida o conceito de mais difícil compreensão do livro): uma antecipação que funciona não porque a previsão é possível, mas ao contrário –

dado que prevenir está fora de questão, deve-se extirpar o mal pela raiz, antes mesmo que tenha brotado. A segurança interior contra a natureza e a natureza humana (ambas imprevisíveis), prepara o terreno para a superação de ações meramente preventivas (p.105 *et seq.*). O medo agora está em toda parte, invisível e sorrante: receio da natureza e do próximo, este cada vez mais outro. Engenharia e alta tecnologia são mobilizadas para criar uma sociedade da vigilância, de modo a oferecer melhores condições de gestão do espaço urbano e de territórios intramuros. A cidade resiliente encarna, aqui, o cruzamento da política de segurança com a concepção ultraliberal de gestão urbana no capitalismo contemporâneo. Vários autores, entretanto, denunciam o potencial liberticida dessas correntes do planejamento, que podem nos conduzir a um mundo *orwelliano* (vigilância e controle totais). De qualquer forma, comportamentos advindos da luta antiterrorista americana passaram a ganhar a coerência de uma doutrina, com base na segurança interna, obsessão e diabolização de inimigos reais ou imaginários. Isto tem justificado medidas de exceção e supressão de liberdades democráticas (p.110-113), numa nova ordem territorial que exige dos indivíduos e de suas redes cotidianas uma eterna vigilância.

Ainda que mais atinente à conjuntura americana, posturas de preempção passam a ditar cada vez mais as regras no planejamento contemporâneo, com exemplos ao redor do mundo, como a defesa militarizada de reservas naturais na África. No Brasil, pode-se pensar que, enquanto órgãos ambientais são desmantelados, a Amazônia torna-se um teatro de ações das forças armadas, deixando entrever que a proteção ecológica é secundária. Com todos esses problemas, a noção de preempção não pode ser descartada, uma vez que contém uma das indagações pertinentes do planejamento: como agir antes que seja tarde demais? Os autores passam, então, a aprofundar a reflexão sobre a antecipação. Em que medida a noção de preempção pode seduzir o pensamento planejador? Este conceito não surge do nada, uma vez que vem sendo mobilizado pelo vocabulário técnico e jurídico (direito de preempção – prioridade de compra de algo). Isto fica claro quando um ente governamental, por exemplo, tem ascendência sobre o destino de certas áreas, para o bem comum. A prevenção é superada pela ideia de supressão antecipada de um problema ainda não aparente: ao invés de agir sobre causas, preempção visa interpretar comportamentos para eliminar eventos indesejados. Todavia, há graves implicações para a cidadania, como as ciências jurídicas já demonstram (suspeição sem provas). Além do mais, lutar contra algo invisível tem consequências políticas

e de opinião pública, cuja expressão mais visível é o aumento do negacionismo, como já ocorre com as mudanças climáticas (p.114). Como resultado, a força da adaptação pode ser depreciada pelos efeitos colaterais da preempção. O comportamento suicida de povos e de suas elites fazem pensar numa sociedade que mantém voluntariamente um estado de ignorância (*agnotologia*, de acordo com Proctor & Schiebinger, 2008). Mesmo com todos esses dilemas, a opção de anular a possibilidade de eventos ruins se mantém como ideia-força no planejamento atual, ainda que inserindo uma lógica duvidosa no entendimento da adaptação.

Berdoulay e Soubeyran apontam, a partir do exemplo das contaminações nucleares, o quanto a ética da preempção é problemática: diante de testes de bombas atômicas nas ilhas Marshall, nos anos 1950, autoridades americanas promoveram a “ablação preventiva” das tiroides dos nativos, uma vez que era sabida a incidência de câncer nesta parte do corpo em decorrência da radiatividade (p.116 *et seq.*). Outra situação, mais recente, é ilustrativa da mesma lógica quanto à proteção ambiental: por ocasião dos grandes incêndios florestais na Califórnia, a empresa de energia passou a cortar o fornecimento de eletricidade sempre que as condições de secura atmosférica atingissem limites perigosos, de modo a escapar das consequências de uma responsabilização pela origem do fogo. Com base no slogan “segurança pública, energia cortada”, a empresa Pacific Gaz & Electric (PG&E) não considera os impactos talvez ainda mais graves do corte de energia para uma sociedade altamente dependente deste insumo (p.122). Questiona-se se o remédio não seria pior que a doença... A preempção, de qualquer modo, está condicionada por uma lógica securitária que nunca engloba a todos.

Daí os autores passam a se perguntar se não haveria uma outra lógica, menos excludente, de prevenção antecipativa. A resposta principia pela ideia de solidariedade contra o naufrágio. Com base em Jared Diamond (2002) refletem sobre o fato de certas sociedades colapsarem após crises ambientais, enquanto outras não. Propugnam ser necessário, então, estudar os processos culturais de “adaptação destrutiva”: por que populações não conseguem perceber problemas que elas mesmos geraram e, quando se dão conta, por que não os conseguem resolver? (p.124). Se o problema concerne a toda a comunidade, a responsabilidade repousaria com mais força no papel de “elites suicidas” e insensíveis, cuja cegueira insensata pode levar ao caos – mais uma vez, parece que o livro foi escrito para o caso brasileiro pós-2018.

Todavia, Berdoulay e Soubeyran não são de todo pessimistas. Prosseguem defendendo que é preciso

encontrar uma saída, construindo percepções de problemas em um quadro ecológico-social onde as populações sejam profundamente solidárias nas consequências de seus atos. Neste mesmo *approach* positivo, onde ética e ecologia se retroalimentariam, há correlações com o paradigma da convivência com o semiárido no Nordeste brasileiro, de acordo com Maciel e Pontes (2015). A prevenção antecipativa pode ter caráter participativo, visando o bem comum em horizonte democrático, onde o meio ambiente possa ser visto como condição de emancipação dos habitantes das terras secas.

O capítulo cinco (**Desadaptação e preempção**) trata de como as ações de planejamento em longo prazo face a eventos extremos (naturais ou humanos) podem suscitar uma forma de preempção que não se prende à defesa de territórios de exclusão, mas, ao contrário, se projeta em direção ao exterior. De defensiva, a preempção tornar-se-ia agressiva, numa abordagem da resiliência por ataque, bastante diversa do que se tinha praticado anteriormente (p.130 et seq.). Os exemplos são as guerras, com seu urbanismo destrutivo visando atingir o metabolismo das redes técnicas, e as grandes catástrofes climáticas que atingiram os EUA (a natureza fazendo o papel dos inimigos). Se há alguns anos haveria espanto em encontrar convergências entre o planejamento da guerra e a prevenção dos efeitos de eventos climáticos extraordinários, agora os autores nos trazem uma farta revisão de como este já é um paradigma estabelecido. O tratamento das catástrofes naturais encontrou seu análogo na estratégia militar antiterrorista. Alguns propugnam que este tipo de planejamento poderia ser enquadrado como uma abordagem de “desmodernização forçada”, que responde à tentação imunitária de tornar inútil a adaptação *in situ* através da destruição das capacidades de resiliência dos espaços ameaçadores em qualquer parte do mundo (anulando redes de comunicação, água, energia etc. de oponentes). Isto é, induzindo tais espaços à desadaptação, como no conflito com o Iraque na era Bush (p.133-138), ou nos bloqueios aos estados inimigos que acontecem até nossos dias. Para Berdoulay e Soubeyran, a consideração desta forma de imunização, por mais extrema que pareça – com terríveis consequências éticas de seus ciclos de morte – força a geografia a compreender a contribuição da ideia de preempção para o pensamento planejador, sobretudo de modo a evitar radicalizações liberticidas. O episódio do furacão Katrina é retomado quase que obsessivamente pelos autores, como um *turning point* emblemático para o planejamento, além de escândalo cívico decorrente do tipo de gestão de catástrofes pela administração Bush (Lakoff, 2006;). A preempção *vis-à-*

vis catástrofes naturais como a mega tempestade, que em agosto de 2005 expôs ao mundo a América dos pobres e dos abandonados pelo país mais possante do mundo, parece legítima em sua urgência (Huret, 2010); contudo, ao mesmo tempo, ao se originar do pensamento planejador e dos paradigmas militares de defesa, parece ter conduzido ao inverso do que se desejava, destruindo condições democráticas dos sistemas territoriais (p.140 et seq.). Os efeitos da pandemia do novo coronavírus em Nova Orleans parecem estar reavivando esses traumas. Produzir o que nos destrói e destruir o que nos produz é um ciclo vicioso que a preempção precisa romper. Como quer que seja, a sociedade da ameaça encontra-se envolta na mais completa incerteza, o que torna aceitável, do ponto de vista político e social, tomadas de decisão bastante questionáveis com base na premissa de que “é preciso intervir, quaisquer que sejam as consequências” (p.148).

Prosseguindo em sua análise sobre adaptação e desadaptação, no sexto capítulo (**A Natureza, patrimônio e solução**) Berdoulay e Soubeyran se propõem a pensar em como romper os ciclos mortíferos que a doutrina da preempção pode induzir, revisitando a ideia de natureza. Uma vez que o contexto de ameaças (naturais e humanas) legitima a preempção como noção organizadora do planejamento, trata-se, portanto, de superá-la. Um dos caminhos seria retornar ao funcionamento imune dos territórios, invertendo a equação: produzir o que nos sustenta e destruir o que nos tem aniquilado. Em razão de tudo que foi debatido nos capítulos anteriores, os autores asseguram que as reflexões devem passar pelo estudo renovado da autonomia relativa dos sistemas sociais e naturais e sobre sua auto-organização, sendo que as ações de planejamento precisam definir o que se considera natureza. Isto faz eco com certas preocupações da ecologia política, mas a geografia não deve se eximir de levar em conta o meio sobre o qual se exercem as consequências não intencionais de toda ação de planejamento e com o qual é preciso agir. Trata-se de uma contribuição para que o planejamento repense sua autonomia em relação ao meio ambiente. Mais especificamente ainda, deve-se interrogar sobre que desdobramentos futuros a noção de patrimônio natural insere no planejamento (p.153). Desde os anos 1960/70 a natureza, conquistada e transformada em recurso, quase que desaparece do ecúmeno. Os planejadores apenas a deviam proteger como quase-reliquia de um mundo nostálgico. Todavia, esta lógica não mais se sustenta: agora, são as sociedades e seus modelos de desenvolvimento que não mais se sustentam e estão mesmo em perigo de desaparecimento no Antropoceno. As mudanças climáticas e seus cenários alarmantes

conduziram ao questionamento da validade dessas ideias oriundas da modernidade e seus ciclos de destruição. O patrimônio natural deixa de ser relíquia a ser preservada e se transforma em uma condição do desenvolvimento sustentável: patrimonializar a natureza é buscar nela mesma a resiliência. Do mesmo modo, a perspectiva de catástrofes iminentes pôs a ideia de gerações futuras fora do prazo de validade: o que interessa neste momento são as gerações atuais (p.156). Trata-se de um tipo amplo de patrimonialização, que propicie meios de resiliência dos quais a sociedade possa dispor em sua relação a uma natureza em permanente transformação (p.164). Aquilo de que duvidávamos sobre as mudanças climáticas começa a acontecer diante de nossos olhos – e nem mesmo sabemos como fazer face a um cenário imediato. Portanto, são as gerações atuais que suplicam por mudanças nos modos de planejamento, onde a natureza possua outros papéis. Os autores lembram, dentre outros, os esforços do planejamento regional em terras secas no Brasil, apontando a busca pela convivência com o semiárido nordestino como ilustrativa das mudanças nas percepções da natureza (p.180). Em todo caso, admitem que até o momento, face à lógica desenvolvimentista predominante, os compromissos institucionais não tenham sido tão favoráveis aos ecossistemas. Há de haver uma busca pela imunização territorial, tanto quanto por proteção da natureza.

Partindo para o final do livro, no sétimo capítulo (**Para uma conversa entre a natureza, os outros e consigo mesmo**) os geógrafos renovam o interesse pela ideia de adaptação às mudanças climáticas naquilo que ela pode trazer de inovação ética ao planejamento: abrindo-lhe novas perspectivas a fim de superar a prisão das rotinas clássicas (p.184). Assim, pensar em termos de adaptação consiste, sobretudo, num convite para considerar diferentemente nossa relação com a natureza, com ou outros e mesmo com nós mesmos, mediante a reflexividade dos sujeitos. A ideia-chave de diálogo clama por uma postura de atenção recíproca em busca de um amálgama entre essas três esferas. As dimensões para atingir tal dialogismo são: considerar a adaptação como transformadora; desenvolver práticas reflexivas; saber levar em conta consequências não intencionais; desaprender para aprender; aprender a improvisar. Por fim, aumentar a “bússola ética”. No que tange o potencial transformador da adaptação, deve-se planejar um território mediante estratégias que levem em conta ambientes cada vez mais incertos; portanto, as soluções para as mudanças climáticas não são redutíveis aos modelos clássicos de planificação, exigem rupturas, inovações, participação democrática multiescalar (p.184-187). O segundo ponto, reflexividade,

decorre do desafio de pensar a crise ambiental mediante ponderações sobre as consequências não-intencionais da ação humana, o que representa um convite para metodologias e epistemologias do devir, mais que do prevenir. É justamente a existência de um laço (interação) entre reflexividade e desdobramentos não intencionais que tona possível a efetivação do planejamento pelas consequências. As aprendizagens serão (des)construídas mediante a admissão dos erros, marcando a passagem de uma navegação *a priori* para uma navegação de improviso (p.189). Passando das translações náuticas para as metáforas musicais, Soubeyran (2014) propõe a importância da improvisação diante das demandas contemporâneas de organização do espaço. Se improvisar consiste, minimamente, na arte da ação em um contexto turbulento, analogias com a planificação podem se beneficiar de mais este diálogo inusitado. Do jazz se sabe que improviso é um modelo de comunicação, resultante de uma ética de ação baseada na escuta, na atenção ao detalhe e ao inesperado, exigindo vigilância, respeito, solidariedade e experiência (p.200). Tal flexibilidade criativa preencheria o planejamento com a energia positiva do gosto pela vida, mesmo diante da inevitabilidade de navegarmos pelas incertezas das situações críticas. O capítulo termina com as questões éticas, após tantos sustos com as lições da antecipação radical e ideologias de segurança militar (p.205-207). Se a adaptação às mudanças climáticas se coloca prioritariamente para territórios e populações que são consideradas como “vítimas”, o discurso planificador deve complexificar esses sujeitos, “heterogenizar” o universo dos vitimados e enriquecer as categorias passíveis de abarcar todas as populações tocadas (diferentemente) pelo problema.

Por fim, são apresentadas as perspectivas (**Uma relação paradoxal: adaptação, imunização, preempção**). Berdoulay e Soubeyran ressaltam que a ideia de adaptação instigou as contradições da concepção moderna de planejamento, ao mesmo tempo que a impeliu a se transformar (p.210). Imunização de sistemas complexos e resiliência nos conduziram a uma bifurcação, onde a escolha de dois cenários é possível: aderir ao planejamento securitário e militar que promove a fusão de preocupações ambientais e paranoia antiterrorista, ou construir um novo ciclo de democracia ecológica. A opção pela segunda rota é clara para os autores: planejar implica em experimentação, improviso, descobertas coletivas com pessoas implicadas no processo (p.212). Um antimodelo de preempção (seja defensiva ou agressiva) que leve em conta a ameaça como fator imprevisível e inevitável, que só pode ser gerenciada através da “navegação de consequências”, e

não de questionáveis tomadas de decisão apriorísticas. Enfim, a adaptação às mudanças climáticas interroga as maneiras pelas quais os planejadores entram em contato com a natureza, e não apenas com as construções sociais (p.214). É preciso pensar o impensável, esperar o inesperado, pois chegamos a um ponto para além do impacto da sociedade sobre a natureza: trata-se do impacto de uma natureza que continuará mesmo após o desaparecimento da humanidade. Enquanto aqui estamos o patrimônio natural torna-se resiliência para as gerações presentes, mais que para as futuras. O livro é, em suma, repleto de ideias perturbadoras sobre como o planejamento é perigoso, porém incontornável. No Brasil à deriva em mares revoltos desde muito antes da pandemia, vale o clichê: a orquestra improvisa um samba-jazz enquanto o cruzeiro aderna. Leitura obrigatória.

Recife, 25 de agosto de 2020

- BERDOULAY, V. (2008) *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris, Éditions du CTHS.
- _____. (2009) Possibilism. In : KITCHIN, R. & THRIFT, N. (dir.). *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford, Elsevier, p.312-320.
- BOURG, D. ; JOLY, P.-B. & KAUFMANN, A. (2013) (dir.). *Du risque à la menace. Penser la catastrophe*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BRUNHES, J. (1925) *La géographie humaine*. Paris, Alcan (3^a ed.).
- BURTON, K., KATES, R. W. & WHITE, G. F. (1978) *The environment as hazard*. Oxford, Oxford University Press.
- DEAN, W. (1996) *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras.
- DIAMOND, J. *Why Societies Collapse*. Conferência proferida em 27 de outubro de 2002, Princeton (NJ), Princeton University.
- FÉBVRE, L. (1922) *La Terre et l'Évolution humaine*. Paris, La Renaissance du livre.
- HAESBAERT, R. (2014) *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempo de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HURET, R. (2010) *Katrina, 2005. L'ouragan, L'État et les pauvres aux États-Unis*. Paris, Éditions de l'EHESS.
- LAKOFF, A. (2006) *From disaster to catastrophe: the limits of preparedness. Understanding Katrina*. Social Science Research Council. Disponível em <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/from-disaster-to-catastrophe-the-limits-of-preparedness/>, acessado em 25 de agosto de 2020.
- MACIEL, C. A. A. ; PONTES, E. T. M. (2015) L'adaptation au prisme du paradigme de la convivence avec le semi-aride du Nord-Est brésilien. In : BERDOULAY, V. & SOUBEYRAN, O. (dir.). *Aménager pour s'adapter au changement climatique. Un rapport à la nature à reconstruire?* Pau, Presses de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour, p.141-158.
- PROCTOR, R. N. & SCHIEBINGER, L. (2008) (dir.). *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Stanford, Stanford University Press.
- SAUER, C. O. (1938) *Destructive exploitation in Modern colonial expansion*. Comptes rendus du Congrès international de géographie, Amsterdam, vol.2, p.494-499.
- _____. (1956) The agency of man on the earth. In : THOMAS, W. L. (dir.) *Man's role in changing the face of the earth*, vol.1. Chicago, University of Chicago Press, p.49-69.
- SORRE, M. (1948) *Les Fondements de la géographie humaine*. Paris, Armand Colin.
- SOUBEYRAN, O. (2000) De la prise en compte du milieu à son évacuation de la géographie médicale du début du XXe siècle. In: BERDOULAY, V. ; SOUBEYRAN, O. (dir.) *Milieu, colonisation et développement durable*. Paris, L'Harmattan, p.101-115.
- _____. (2014) *Pensée aménagiste et improvisation. L'improvisation en jazz et l'écologisation de la pensée aménagiste*. Paris, Éditions des archives contemporaines.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, vol.20, n°111-112, 1911, p.193-212 e p.289-304.
- _____. (1922) *Principes de géographie humaine*. Paris, Armand Colin.
- WHITE, G. F. (1945) *Human adjustment to floods*. Chicago, University of Chicago, Department of Geography Research, Research Paper n° 29.